

**Comrie**, Bernard; **Golluscio**, Lucía (eds.) (2015). *Language contact and documentation. Contacto lingüístico y documentación*. Berlin: Mouton de Gruyter. Pp. 370. ISBN 978-3-11-031706-0.

Resenhado por: Angel Corbera Mori  
(CELCAM-IEL/UNICAMP)

O livro “*Language contact and documentation. Contacto lingüístico y documentación*”, objetivo desta resenha, é constituído por uma variedade de artigos, selecionados especialmente dos diversos trabalhos apresentados durante o II International Symposium on Language and Culture Documentation in Latin America, realizado em Buenos Aires, Argentina, nos dias 14 e 15 do mês de agosto de 2008. Este evento teve apoio dos seguintes projetos e instituições patrocinadoras: Documentation and Research Laboratory for Linguistics and Anthropology (DILA); National Council for Scientific and Technological Research (CONICET) Argentina; the Linguistic Department of the Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology; and the Chaco Languages Project (DoBeS Programme, Volkswagen Foundation).<sup>1</sup>

O conjunto de artigos que integram esta publicação consiste de uma introdução por Bernard Comrie e Lucía Golluscio, editores do livro, e de um *Overview*: La documentación lingüística,<sup>2</sup> da autoria de Anthony C. Woodbury, professor da Universidade de Texas, Austin. As outras colaborações foram divididas geograficamente em duas seções: i) trabalhos relacionados às línguas e culturas da América do Sul, ii) *Beyond*, estudos realizados em outras regiões do planeta.

Na introdução, Comrie e Golluscio (pp.1-8) traçam um breve panorama no qual apresentam os objetivos e a importância da publicação e sua contribuição para as discussões que se vêm realizando tanto no nível nacional quanto internacional sobre o futuro das línguas ameaçadas de extinção, o contato lingüístico, a documentação lingüística e a tipologia areal. Ressaltam, igualmente, a importância das trocas acadêmicas, teóricas e metodológicas entres os pesquisadores da América do Sul e os estrangeiros que trabalham em outras regiões, em prol do mesmo objetivo.

Em seguida, o texto de Anthony C. Woodbury (pp. 9-47) trata da documentação lingüística, de seus objetivos, de sua complexidade e de sua tarefa multifacetada, tendo como focos a língua, os registros, a criação, a anotação, a preservação e a difusão dos registros que suscitam novos desafios nos diversos campos da lingüística, assim como no campo das ciências da informação e de arquivologia. Nas palavras do autor, as línguas em perigo podem ser vistas como a “pérdida masiva y a menudo radical de lenguas y prácticas lingüísticas específicas y locales, aun cuando estas continúen siendo percebidas como emblemática de la identidade comunitária” (p. 10). Como bem nos lembra o pesquisador, a documentação lingüística tem avançado, ampliado, popularizado e transformado, uma vez que até as próprias comunidades são, atualmente, cientes de que suas línguas devem ser documentadas dado o avanço destruidor dos setores dominantes da sociedade ocidental.

---

<sup>1</sup> Agradeço a Jackeline do Carmo Ferreira (IEL-UNICAMP) pelos comentários e correções do texto em português. Os erros que ainda possam existir são de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> Tradução al castelhano preparado especificamente para esta publicação, a partir da versão original publicada em Inglês (2011), Cf. referências.

Para Woodbury, a documentação linguística é tão antiga quanto é a escrita, porém seu desenvolvimento se deu atrelado ao contato massivo entre as línguas do mundo por mais de 500 anos, o que originou, como produto, uma disciplina acadêmica denominada “lingüística de la documentación” (p.13). Os antecedentes desta disciplina se remontam aos estudos etnográficos de Franz Boas, pesquisador que considerava a observação das línguas partindo da compilação de textos como um componente prático e teórico nos estudos etnográficos dos aborígenes americanos (Boas 1911, 1917). De fato, na visão Boasiana, os rituais, a oratória, as narrativas, a arte verbal e a onomástica são, por definição, estudos linguísticos. Para Boas, a própria linguística era um domínio da etnografia, que junto à arqueologia e à antropologia física e cultural, integrava a antropologia.

Deve-se lembrar que na década dos 70, a documentação linguística não estava dentro das atenções dos linguistas, porém, na mesma época, começaram a surgir diversas tendências relacionadas a ela, sobretudo nos estudos realizados pelos linguistas de campo, que lidavam diretamente com as línguas indígenas em perigo de extinção das Américas e da Austrália. Junto a isso, como destaca Woodbury, a linguística de campo passou a explorar novas estruturas relevantes para a teoria linguística, como evidenciam os diversos trabalhos publicados sobre as línguas indígenas americanas. Outro aspecto relevante destacado por Woodbury, relaciona-se com a “Reconceptualización de la lingüística de la documentación como campo unificado y autónomo” (p. 19), principalmente pelos aportes de Joel Sherzer (1987), cf. também o artigo coletivo de Bier; Lev; Sherzer (2002).

Outros aspectos importantes também são abordados no texto de Woodbury, tais como: as relações entre os objetivos acadêmicos e os objetivos dos povos envolvidos em projetos de documentação linguística; o treinamento dos falantes nativos, que participam na documentação de suas próprias línguas, a formação de equipes interdisciplinares; a teorização do corpus no que respeita à adequação, inclusão, complementariedade, qualidade e quantidade dos corpora documentais (p. 35). Outros dois últimos tópicos discutidos pelo autor são os tipos de anotação, a forma de arquivar os dados e a difusão da documentação. Como reflexões finais, Woodbury considera que a documentação das línguas ameaçadas deve ficar imersa dentro de uma perspectiva mais ampla e inclusiva, tendo como ponto inicial o “reconocimiento, por parte de los linguistas, sin importar si son hablantes nativos de la lengua que estudian o no, de los intereses de la gente con la que trabajan y las maneras en que podrían compartir proyectos y metas” (p. 40).

Abrindo a seção de artigos dedicada a América do Sul, Alejandra Vidal, em “*Nombres propios, denominación e identidad entre los pilagá y los wichi (Gran Chaco)*” (pp. 51-75), apresenta um estudo comparativo dos nomes de pessoa em duas línguas indígenas faladas no Gran Chaco, o pilagá (família guaycurú) e o wichi (família mataguaya). Os antropônimos nestas duas línguas são abordados em paralelo com os traços comuns encontrados nos topônimos e nos etnônimos, pois ambos são vistos como nomes próprios. Sua abordagem dos nomes de pessoa toma como base os aspectos funcionais, o sistema de nomeação usada por esses dois povos chaquenhos, e as regras para sua criação. Os nomes próprios constituem a identidade da pessoa, são indexais, caracterizando-se por serem monorreferenciais (p. 53). De fato, toda cultura através da gramática da língua recorre a estratégias linguísticas para formar palavras relacionadas a nomeação das pessoas, estas nomeações “son elaboraciones cognitivas de las culturas; [...] la formación de emisiones lingüísticas que constituyen nombres responde a reglas de la gramática de una lengua” (Solís Fonseca 2013: 24).

Na seção morfossintaxe e significado dos nomes de pessoa, Vidal afirma que em pilagá os nomes de pessoa podem ocorrer com a marcação do gênero do referente, seja especificado lexicalmente ou pelo uso de sufixos. Também pode afluir um determinante; porém os nomes de pessoa nunca são marcados para posseção. Por sua vez, os nomes de pessoa na língua wichí têm um determinado significado, eles se formam a partir de raízes nominais e verbais que estão presentes na morfologia da língua. Desta forma, a estrutura morfológica dos nomes de pessoa em wichí podem ser construções simples, geralmente constituídos por uma raiz e afixos, sendo as construções complexas de característica plurilexemáticas. Da mesma forma que no pilagá, em wichí a raiz nominal do nome de pessoa pode ser marcada por um sufixo de gênero: masculino ou feminino. Como ressalta a autora, o estudo dos nomes de pessoa em pilagá e wichí é importante para a documentação linguística e, dessa forma, contribui para o conhecimento cultural e linguístico da região do Chaco.

Em “*Huellas de trayectorias y contatos en el sistema lingüístico: el caso vilela (Chaco)*” (pp.77-120), Lucía Golluscio analisa o contato dos falantes do vilela, uma língua do Chaco em perigo extremo de extinção. Esta língua, segundo a autora, é vista como a menos estudada e carente de documentação linguística. Recorrendo a evidências externas das relações de contato desde o período colonial até a atualidade, Golluscio examina sistematicamente tais influências de ou elementos de contatos no sistema dessa língua. Neste estudo, a autora considera os traços morfológicos, sintáticos e fonético-fonológicos, dentro do âmbito das línguas andinas e o lule, a presença de rasgos considerados como típicos da região do Chaco, a mistura de traços andinos e chaquenhos, e algumas observações preliminares do impacto produzido pelo contato com falantes da língua guarani. Após apresentar um panorama geral tanto das migrações e contatos com os povos falantes do vilela entre os povos das regiões dos Andes, Chaco e Guaranítica, quanto de realidade sociopolítica e sociolinguística do povo vilela atual, a autora trata brevemente do perfil tipológico da língua, para posteriormente focalizar os traços morfológicos, sintáticos e fonético-fonológicos.

Dentre os traços morfológicos, são abordados as seguintes temáticas: a formação dos pronomes indefinidos, contrastando suas características formais entre as línguas chaquenhos centrais (famílias linguísticas guaycurú e mataguaya) e as línguas andinas (o quéchua falado em Cuzco, Peru, e o quíchua falado na província de Santiago del Estero, Argentina); a formação específica do advérbio de negação *amadubbe* ‘não’, que seria formado pelo morfema proibitivo *ama* do quéchua e o sufixo de negação *-rub* do vilela; a marcação de posseção nominal; os sufixos locativos, e a marcação de plural, considerado como um traço característico das línguas faladas na região do Chaco. No que se refere aos traços sintáticos, são considerados a ordem dos constituintes, as estratégias de complementação e de relativização. Os tópicos abordados na fonética e fonologia do vilela referem-se ao inventário dos fonemas, destacando-se a oposição de consoantes plosivas desvozeadas e ejetivas nos pontos bilabial, dento-alveolar, palatal, velar e uvular. Ressalta-se, igualmente, a presença de uma consoante fricativa lateral desvozeada como um traço característico da área do Chaco, uma vez que este não está presente nas línguas andinas ou nas amazônicas; a alternância entre plosivas coronais e velares; o processo de palatalização e a assibilação consonantal de línguas do Chaco inseridos na língua vilela; a africativização da aproximante palatal [j], visto como um traço típico da língua guarani e do espanhol paraguaio já inserido na fonética do vilela. Finalmente, a pré-nasalização, característica principal das consoantes plosivas do guarani e que também ocorrem no vilela, seja, possivelmente, produto do contato entre os falante dessa língua com o guarani.

Este estudo, bem como outros realizados pela mesma autora, contribui para o conhecimento da estrutura linguística da língua vilela atual, visualizando traços que são próprios desta língua e de outros introduzidos a partir do contato com as línguas andinas, quéchua e aymara, mas também por outras línguas chaquenhas e de áreas circundantes, como é o caso da influência da língua guaraní.

Em “*Tetsualü: The pluralism of languages and people in the Upper Xingu*” (pp.121-164), Mutua Mehinaku e Bruna Franchetto apresentam uma descrição sistemática do conceito *Tetsalü* ‘mistura’, termo que pode abarcar a noção de mistura de coisas, de alimentos, de cores, de tamanhos, mas que, dentro desse conceito, se inclui também a mistura de línguas e dialetos, a mistura de diferentes povos étnicos ou, mesmo, a mistura de história de vida de uma pessoa. No artigo, os autores focalizam o conceito *tetsalü* em relação às pessoas e suas línguas faladas e as diferentes etnias que habitam a região do Alto Xingu, no Brasil Central, Estado do Mato Grosso. A região do Alto Xingu é habitada por etnias falantes das três grandes famílias linguísticas da América do Sul, a saber: Arawák, Carib e Tupi, além de um povo que fala um idioma isolado, o Trumai.

Com este texto, os autores visam apresentar uma explicação da constituição multicultural e pluricultural do Alto Xingu, comumente vista como uma região linguisticamente homogênea, no interior das aldeias, e culturalmente homogênea, no interior das fronteiras do Alto Xingu. O texto é iniciado com o tema que descreve o encontro de pessoas, culturas e línguas, imerso na própria história de vida particular de Mutua Mehinaku, um jovem mestiço fruto de um casamento interétnico, uma prática comum nas sociedades Alto Xinguanas, claramente exposto pelo próprio Mutua Mehinaku:

I first received the name Akuyu, the childhood name of my paternal grandfather, born of Mehinaku parentes, speakers of Arawak. From my maternal grandfather – whose father was Nahukwa and mother Kuikuro – I acquired the name *Hitagü*.

In my father’s culture, an individual receives various names during their lifetime.

Later, therefore, he gave me the name *Ui*, ‘snake’, and later *Yumui*. My mother continue to call me *Hitagü*, without changing (p. 123).

Outro ponto abordado por Mutua e Franchetto é sobre a presença das diferentes línguas na constituição dos cantos dos povos xinguanos, evidenciando as misturas ocorridas, que depois são retomadas focalizando especificamente os povos karib Alto Xinguanos. Como assinalam os autores, nos cantos ritualísticos dos karib se nota a presença de várias línguas, com especial destaque ao léxico arcaico de línguas arawák. Na última seção do texto, os autores traçam a história de chegada dos primeiros não-índios e a introdução de empréstimos da língua portuguesa no kuikuro e nas outras línguas xinguanas. Ditos empréstimos abarcam principalmente os nomes dos tipos de ferramentas, vocabulário do âmbito esportivo, denominações de novas tecnologias, entre outros campos semânticos. Concluindo o texto, Mutua e Franchetto registram o uso das tecnologias atuais por parte dos mais jovens, como o uso da internet, celular, *Whats App*, *Instagram*, considerados meios importantes pelos quais as novas gerações se comunicam com outras etnias e com membros da sociedade não-indígena.

Hebe A. González, em “*El Chaco como área lingüística: una evaluación de los rasgos fonológicos*” (pp. 166-203), descreve alguns traços fonológicos que sustentariam a hipótese de considerar a região do Chaco como uma área linguística. Esses traços, por serem tipologicamente marcados e por sua distribuição geográfica, são candidatos a serem vistos como características típicas da área chaquenha. Dentre esses traços, são considerados a presença de segmentos uvulares, o registro de segmentos laterais atípicos (ocorrência de fricativas laterais, por exemplo), segmentos nasais desvozeadas e soantes silábicas. Outros traços, como a palatalização e a harmonia vocálica, resultam comuns nas fonologias das línguas faladas na região do Chaco, o que fazem dela uma área linguisticamente diferente da região dos Andes e mesmo da área que circunda as terras baixas da Bolívia. É o caso, por exemplo, da ocorrência da palatalização consonantal nas línguas do Chaco condicionada por traços morfofonológicos, fato que o diferencia do processo de palatalização que ocorrem em outras línguas do mundo.

Valendo-se dos aportes da linguística de contato, a autora sugere a hipótese de uma área ampla constituída pela região andina, a chaquenha e o sul do continente, área em que as línguas faladas se caracterizam por terem segmentos uvulares, ejetivos e obstruents laterais. As línguas da região do Chaco também partilham esses traços, mas somam, a isso, características que lhes são próprias, como o fato de manter um subsistema complexo de segmentos laterais, consoantes nasais desvozeadas, consoantes silábicas, entre outros (p. 165).

Em “*Linguistic áreas, bottom-up or top-down? The case of the Guaporé-Mamoré*”, Pieter Muysken; Harald Hammsström; Joshua Birchall; Rik van Gijn; Olga Krasnoukhova; e Neele Müller (pp. 206-237) tratam de dois procedimentos básicos e opostos na forma de postular uma área linguística ou *Sprachbund* (termo alemão introduzido por Trubezkoy (1928)) que é definida como um conjunto de línguas que partilham traços similares nas estruturas sintáticas morfológicas, no vocabulário cultural e também no sistema fonético. O primeiro deles consiste em observar e verificar as similaridades existentes entre as línguas de uma região, que não podem ser explicadas por relações de parentesco ou por fatores tipológicos ou, mesmo, por coincidências, que após serem verificadas sistematicamente poderiam ser interpretadas como características de uma área linguística. Os autores denominam esta forma de abordagem *bottom-up perspective*, tendo sido aplicada, por exemplo, no estudo da região do Guaporé-Mamoré, pelos pesquisadores Crevels e Van der Voort (2008). O segundo procedimento, denominado *top-down perspective*, é aquele que consiste em verificar um conjunto de traços pré-selecionados, independentes e translinguisticamente válidos, demonstrando se esses traços mostram um viés areal, em termos de densidade geográfica de especificações particulares. Esses traços são candidatos, segundo os autores, a ocorrerem mais dentro dessa área do que fora dela (p.205). Na prática, como esclarecem esses estudiosos, não haveria diferenças radicais entre essas duas abordagens; ao contrário, é com muita frequência que os linguistas usam a perspectiva *top-down* para identificar áreas linguísticas. Justamente nesse artigo, Muysken e seus colegas propõem uma forma de objetivizar os procedimentos recorrendo a uma quantificação de cada rasgo que está presente na área de que se estuda (cf. nos apêndices 1-4, pp. 230-237, alguns exemplos dessa aplicação).

Os autores optaram por uma seleção de dados de quatro áreas da estrutura gramatical, a saber: i) a marcação dos argumentos descrito por Birchall (§3.1, pp.211-212; ii) estratégias de subordinação abordado por Van Gijn (§ 3.2, pp. 212-214); iii) o sintagma nominal a cargo de Krasnoukhova (§ 3.3, pp. 214-215); e iv) a marcação de tempo, aspecto/moço, evidencialidade (TAME) por Müller (§ 3.4, pp. 215-216). Essas quatro áreas são vistas em um conjunto de 22 línguas não relacionadas genealogicamente, das quais 13 se distribuem pela região do rio Guaporé-Mamoré, e nove que se encontram mais distantes, algumas destas faladas no Chaco, região adjacente àquela considerada no estudo (p. 216).

Como parte das conclusões do estudo realizado, os autores observam que há pouca evidência de convergência estrutural dos perfis tipológicos, porém adiantam a presença de evidências de alguns traços devido ao contato, sendo que a medição do *cherry-picking Sprachbund* permite pontuar quais características são compartilhadas e quais línguas estão envolvidas dentro de uma língua considerada estatisticamente ótima \*mistura de traços (p.226). Tendo como base essa medição, os autores concluem que os resultados obtidos no estudo estão muito próximos daqueles obtidos no estudo realizado por Crevels e Van der Voort (2008).

O último tópico, que trata das línguas da América do Sul, é das autoras Florencia Ciccone e Verónica Necersian com o tema “Seguimento referencial en lenguas sudamericanas: mecanismos sintácticos/pragmáticos y distribución geográfica” (pp. 239-284). Nesse texto, as autoras traçam um mapeamento da distribuição geográfica dos processos de *switch-reference* ‘referência alternada’ em línguas faladas em Sulamérica. Norteando-se pelos estudos de ordem tipológica, Ciccone e Necersian mostram que as línguas sulamericanas que não fazem uso deste sistema, recuperam as relações de correferência por meio i) da marcação pronominal no verbo, ii) das construções impessoais e uso do processo de inversão, iii) do emprego de sintagmas nominais, e, iv) do uso de construções com verbos seriais e converbais. Além dos aspectos formais, as autoras consideram a interface entre os aspectos gramaticais e pragmáticos, com o intuito de verificar a relação da predominância específica de uns desses aspectos, assim como o tipo de mecanismo empregado pela língua no reconhecimento referencial manifestado no discurso (p. 240).

O estudo supracitado inclui dados de 43 línguas distribuídas pela Amazônia, região Andina setentrional e central, Gran Chaco, Patagônia e a região Andina austral. O leque de línguas selecionadas correspondem a 16 famílias linguísticas: a região amazônica inclui as famílias linguísticas arawak, karib, jê, mawé, pano, tucano, tupi-guarani; línguas isoladas cofán, embera, kwazá, movima e yurakaré; região Andina setentrional e central: aymara, quéchuá, e uru-chipaya, além de uma língua não classificada (mosetén) e uma mista (kallawayá); famílias linguísticas da região do Gran Chaco: guaycurú, lule-vilela,, mataguaya,, tupi-guarani e zamuco), e 2 línguas da Patagônia e Andes Austral: chon e mapudungun, respectivamente.

Como conclusões relevantes desse estudo, as autoras mencionam dois grandes grupos de línguas conforme a presença ou ausência do sistema de *switch-reference*. Em 19 línguas, distribuídas pela região dos Andes setentrional e central, além da região norte da Amazônia, recorrem ao emprego deste sistema de referência. Ao contrário, esse sistema não é encontrado em 24 línguas faladas na região nordeste e sul da Amazônia, e nas regiões do Chaco, Patagônia e os Andes austral.



Na terceira, e última seção da obra, denominada *Beyond*, foram incluídos três textos que não se referem diretamente a línguas faladas na América do Sul. O primeiro deles, “*Una historia de muchas lenguas: la documentación de la narrativa política em las tradiciones orales de Australia*”, escrito por Nicolas Evans, é uma tradução do castelhano do artigo, inicialmente publicado em inglês, parte da coletânea organizada por Brett Baker; Ilana Mushin; Mark Harvey; Rod Gardener (2011).

Evans observa que o multilinguismo na Austrália produz consequências relevantes no uso da língua que as pessoas dos povos aborígenes australianos fazem, o que levanta questões muito importantes para a teoria linguística. Uma série de questões surgem ao respeito e para tratar de respondê-las, o autor se vale de estudos de casos sobre narrativas gravadas que representam práticas políglotas. Evans considera três narrativas tradicionais gravadas, representativas do Norte da Austrália. Estas narrativas estão ordenadas considerando a diferenciação linguística: i) variação dialetal, ii) variação entre duas línguas estreitamente relacionadas, iii) uma narrativa “*a destruição da serpente Arco-íris*”, que envolve quatro línguas muito diferentes: ilgar, marrku, kunwinjku e inglês.

Evans adianta uma série de perguntas emanadas a partir do estudo das narrativas aborígenes multilíngues, umas relacionadas diretamente aos textos por ele abordados e outras levantadas por outros pesquisadores que lidam com as narrativas políglóticas. Algumas dessas questões, relacionada à escolha da língua por parte do narrador, seria motivada pela caracterização das personagens participantes na história, a origem de cada personagem, a localização, o lugar onde se concretiza a ação, o enquadre que situa a narrativa, fazendo comentários dos acontecimentos narrados, tais como o abandono de determinados sítios considerados sagrados, resumos e outros acontecimentos relacionados com a história que está sendo narrada, e a adequação à audiência para quem se está narrando. As respostas para outras questões levantadas, pelo autor, exigem investigações mais aprofundadas das narrativas consideradas no estudo. Evans conclui suas reflexões deixando claro que:

“no podemos estudiar la diversidad lingüística con propiedad sin preguntarnos para qué se utiliza comunicativamente o sin establecer quién domina qué códigos a través de una amplia gama de situaciones, y cómo interactúan estos códigos. El desarrollo de modelos de comunicación que reconozcan plenamente la importancia del multilingüismo para la elaboración semiótica es un reto que estamos todavía muy lejos de conquistar, pero la narrativa políglota es claramente un área clave para su estudio y para apreciar el llamativo virtuosismo de las tradiciones orales aborígenes” (p. 317).

O penúltimo texto da seção *Beyond* da autoria de Ulrike Mosel, “*Putting oral narratives into writing – experiences from a language documentation Project in Bouganville, Papua New Guinea*” (pp.321-342), centra-se nos esforços desenvolvidos na documentação das narrativas orais e sua passagem para a escrita em teop, uma língua austronésiana (Papua-Nova Guiné) falada por, aproximadamente, 6 mil pessoas. Esta língua, embora continue sendo adquirida pelas crianças, pode ser considerada em perigo, pois o sistema escolar e a alta mobilidade das pessoas estão fazendo que seu uso como língua materna esteja em declínio perante o inglês. Mosel esclarece que há estudos que mostram as diferenças lexicais e gramaticais entre as variedades orais e escritas da maioria das línguas europeias, mas, parece não existir pesquisa alguma sobre como as pessoas

transformam o texto oral em escrita, quando as transcrições de áudio são editadas (p. 322). Nesse artigo, Mosel aborda essa passagem do oral para a escrita e analisa que mudanças lexicais e sintáticas foram feitas pelos editores indígenas das narrativas teop. Para isso, a autora considera inicialmente a documentação de entrevistas sobre as atividades culturais, eventos históricos, descrições enciclopédicas de artefatos, plantas e bichos, pescaria e preparação de alimentos. Nessa comparação da passagem do oral para a escrita, Mosel constata que os editores indígenas sistematicamente substituem empréstimos do tok pisin e do inglês passando-os para suas traduções equivalentes na língua teop. Essas mudanças, por parte dos editores, também foram verificadas na sintaxe da língua, que incluem: i) ligação de cláusulas paratáticas; ii) compreensão de duas cláusulas paratáticas em uma; iii) Decompreensão: resolução de construções complexas em construções paratáticas; e iv) Elaboração: adição de palavras, sintagmas, cláusulas. Essas mudanças realizadas pelos editores não são unidirecionais das construções mais simples às mais complexas (p. 326), fato para o qual a autora não tem uma explicação concreta.

Mosel considera que as versões editadas das narrativas apresentam construções mais complexas e que os trabalhos de editoração suportam, em relação à revitalização e manutenção da língua, a preservação do léxico vernáculo e da gramática, como formas do potencial expressivo da língua (p.339). Daí que a tarefa de editoração “could perhaps open a new field of research as it allows us to observe what people actually do when they put the transcribed spoken language into writing, especially when these people do not have a tradition of writing texts of whatever genre” (p. 340).

O último texto que integra esta coletânea “*An introduction to the Atlas of the Araxes-Iran Linguistic Area*” (pp. 343-55), de Donal L. Stilo, é um avanço do trabalho que o autor desenvolve sobre o “*Atlas of Shared Structures of the Araxes-Iran Linguistic Area*”, estudo que abrange uma área linguística e etnicamente diversificada, correspondente o Sul do Cáucaso, o Norte do Irã, o Norte de Iraque e a Turquia Oriental. Esta área, como consequência do contato, apresenta numerosas isoglossas entre cinco diferentes famílias linguísticas, incluindo dois gêneros do tronco Indo-europeu. Em total, seis entidades genealogicamente diferentes. O autor apresenta, como exemplo, oito dos 350 traços fonológicos, gramaticais e lexicais identificados, sendo sua distribuição visualizada mediante isoglossas em mapas da área. O modelo descrito por Stilo representa uma ferramenta flexível, sendo, portanto, aplicável a outras áreas linguísticas com convergências de fenômenos presentes em um amplo conjunto de línguas de origens genéticas variadas.

Como parte final da obra foram incluídos os índices de autores, o nome das línguas e índice de assuntos, o que, sem dúvida, facilita a consulta por parte dos leitores.

Em suma, este livro se constitui como uma importante contribuição aos estudos relacionados às línguas em perigo de extinção, bem como à documentação linguística e suas formas de arquivamento e difusão, à mudança linguística, à relevância de se considerar o contato linguístico-cultural entre os diversos povos, e os avanços que vêm sendo obtidos por meio dos estudos em tipologia areal. Outra relevância, expressa pelos próprios editores do livro, é a colaboração internacional, tanto no desenvolvimento teórico quanto no metodológico, entre os estudiosos das línguas indígenas da América do Sul e entre aqueles que trabalham com línguas indígenas em outras regiões do planeta, tais como no Médio Oriente, na Austrália e em Papua Nova Guiné.



---

**Referências**

- Bier, Christine; Michael, Lev; Sherzer, Joel (2002). Discourse forms and process in indigenous Lowland South America: An areal-typological perspective. *Annual Review of Anthropology* 31: 121-145.
- Boas, Franz (1911). *Handbook of American Indian Languages*. (Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology Bulletin 40). Washington, DC: Government Printing Office.
- Boas, Franz (1917). Introductory. *International Journal of American Linguistics* 1(1): 1-8.
- Crevels, Mily; Voort, Hein van der (2008). The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. In Pieter Muysken (ed.). *From linguistic areas to areal linguistics* (Studies in Language Companion Series 90), pp. 151-179. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Evans, Nicholas (2011). A tale of many tongues: documenting polyglot narrative in North Australian oral traditions. In Brett Baker; Ilana Mushin; Mark Harvey; Rod Gardener (eds.). *Indigenous language and social identity. Papers in honour of Michael Walsh*, pp. 291-314. Canberra: Pacific Linguistics.
- Sherzer, Joel (1987). A discourse-centered approach to language and culture. *American Anthropologist* 89(2): 295-309.
- Solís Fonseca, Gustavo (2013). *Sistemas antroponímicos indígenas en el Perú pluricultural. Bases para el ejercicio del derecho al nombre*. Lima: CILA-UNMSM.
- Trubetzkoy, N. S. (1928). Proposition 16. In International Congress of Linguists, *Actes du premier congrès international des linguistes à La Haye, du 10-15 Avril, 1928* (pp. 17-18). Leiden: The Netherlands: A. W. Sijthoff.
- Woodbury, Anthony C. (2011). Language documentation. In Austin, Peter K; Sallabank, Julia (2011). *The Cambridge handbook of endangered languages*, pp.157-186. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido: 1/6/2017

Aceito: 5/6/2017